

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE JUNHO DE 1995

*Senhor Deputado José Priante; Deputado Gerson Peres; Senador Andrade Vieira; Senadora Marina, que aqui veio tão gentilmente me trazer esta Carta, de Rio Branco; Senhores Deputados; Senhoras Deputadas; Senhores e Senhoras Senadores; Senhores e Senhoras;*

Eu quero, ao expressar minha felicidade, meu contentamento por recebê-los nesta manhã, aqui, agradecer, primeiro, o desafio do Deputado Priante, secundado pelo Deputado Gerson Peres, de que efetivamente se marche no sentido de que é preciso diminuir as desigualdades regionais e integrar a Amazônia, como algumas outras áreas importantes do Brasil, como ainda ontem o Centro-Oeste – eu nunca me esqueço do Nordeste, tampouco –, ao centro das preocupações nacionais.

É um desafio, porque é muito fácil falar, mas é muito difícil fazer. Quando se procura inovar, as resistências são normais. Não que sejam resistências que venham de má-fé ou que estejam, realmente, numa posição oposta ao que se pretende. Mas é simplesmente porque o hábito pesa e as instituições são conservadoras. Então, quando se diz trazer para o centro da discussão as regiões que estão na periferia do desen-

volvimento, todo o mundo aplaude, mas, na hora *h*, ao se palmilhar o caminho, é difícil.

Eu vou aceitar o desafio. Mas vou aceitar com a condição proposta pelo Deputado Gerson Peres, que é um desafio que o Presidente só pode aceitar se tiver a humildade de entender que sozinho não faz nada. E não adianta a majestade do cargo se essa majestade não está embasada no consentimento daqueles que também têm a votação do povo, que são os parlamentares. Nós temos que trabalhar juntos nessa matéria.

Não faço mais do que cumprir o meu dever como Presidente, que é também o meu estilo como cidadão. Não acredito que modificações duradouras, que são modificações de profundidade, possam fazer-se simplesmente por atos de vontade de uma pessoa ou mesmo de um grupo de pessoas. Ou elas têm o consentimento da Nação, o consentimento ativo da Nação, ou não se concretizam.

É com esse espírito que temos que enfrentar esse grande desafio, de retomar a Amazônia como alguma coisa central no pensamento brasileiro. Foi dito pelo Deputado Priante, e disse com razão, que os governos militares se ocuparam da Amazônia – e o Deputado Gerson Peres também disse – com mais afinco do que os civis. Até porque, na ótica militar, a Amazônia é algo importante, e é mesmo, do ponto de vista estratégico. Mas essa ótica não tem que ser só militar, não. Tem que ser de todos nós, civis ou militares. Tem que ser a mesma ótica, talvez não os mesmos métodos, e o objetivo – que não nego que pudesse ter existido também no passado, mas, em nosso caso, tem que ser fundamental –, que é a preservação do meio ambiente, entendendo que o homem é parte do meio ambiente, o que foi dito pelo Deputado, aqui.

Fiquei muito sensibilizado quando recebi, por parte dos Governadores da Amazônia, a proposta de um compromisso, que fizeram por meio de uma carta em que expressam o ponto de vista de que o desenvolvimento sustentável há de ser a base do desenvolvimento da Amazônia. É verdadeiro isso. Mas, para ser verdadeiro, não pode ser visto como se fosse um modo de falar para evitar que se toque na questão da pobreza, na questão do ser humano que habita na Amazônia e na necessidade imperiosa de que, ao preservarmos – o que vamos fazer – o

meio ambiente para as gerações futuras, não nos esqueçamos da geração atual e, portanto, possamos integrá-la, também, nesse novo enfoque de desenvolvimento.

Os senhores não podem imaginar o efeito que teve a Declaração dos Governadores da Amazônia nos centros de decisão financeira do mundo. Eu lá estive depois e vi o efeito que isso teve, porque o preconceito que havia – e ainda deve existir – era de que havia um ímpeto de destruição e, portanto, é melhor dizer “não” a qualquer projeto. Nós estamos refazendo essa imagem. Não há nenhum ímpeto de destruição. Há um ímpeto de construção, e, portanto, é melhor dizer “sim” aos projetos que estão sendo preparados, desde que eles, efetivamente, coloquem a preservação do meio ambiente, incluindo a questão básica da pobreza e do trabalhador, do homem simples da Amazônia, no centro das nossas preocupações.

Para dar um sinal visível de que eu tinha realmente interesse pela Amazônia, logo depois de assumir o Governo fui para lá. Andei pouco. Presidentes têm muita dificuldade de andar. Não são preguiçosos, mas o que está em torno torna muito difícil qualquer deslocamento. Mesmo assim, fui às Anavilhanas, fui a uma cidadezinha na beira do rio Negro e me comovi muito ao ver aquela população me recebendo de forma tão calorosa.

Mais recentemente, minha mulher esteve no Acre, e parece que foi a primeira vez que uma mulher de Presidente da República, Primeira-Dama, pisou o Acre. Ela voltou de lá absolutamente encantada com o que viu, com a disposição do povo de mudar as coisas; e viu lá, entre os seringueiros, um povo que luta com muitas dificuldades.

Pois bem, isso são apenas gestos, que não têm mais do que o sentido, talvez simbólico, de demonstrar que se trata não de um programa de campanha eleitoral, mas de um vínculo efetivo. Nós precisamos de, juntos, ir definindo os projetos prioritários.

Pedi ao Ministro José Serra que permitisse, ou que o Congresso permitisse, inclusive na LDO, o início de obras. Nós tínhamos fechado a possibilidade do início de obras para apenas terminar obras, mas temos alguns compromissos que não podem esperar o término de

umas para que comecem outras. A BR-174, que vai ligar Manaus a Boa Vista, em Roraima, vai ter que ser feita já, e tenho o compromisso da Cuiabá–Santarém, com o Pará e com Mato Grosso, e nós vamos ter que enfrentar esses compromissos – não é? –, assim como já demos autorização para que os prefeitos da área da Transamazônica recebam recursos para que possamos, juntos, trabalhar na Transamazônica. E por aí vamos. Estou atento e quero ver quais são as obras que, realmente, aparecem como prioritárias. Vi que o Ministro Odacir Klein esteve também reunido, recentemente, na Amazônia e disse que vamos abrir um caminho para o Pacífico. Lá esteve ele, discutindo com as bancadas da região, porque é assim que se faz, é assim que se sente quais são os problemas mais importantes, os mais prioritários.

Vamos fazê-lo. Vamos fazê-lo dentro de uma perspectiva de tempo. Há pouco, recebi aqui alguns representantes da bancada ruralista – alguns estão aqui presentes – e disse-lhes o que vou repetir agora aqui: nós conseguimos, depois de muita luta, no Brasil, começar a aprumar a nossa economia. Controlamos a inflação; nós a temos sob controle. Vamos ter que dar novos passos. Nós precisamos agora partir para enfrentar alguns problemas que nos atormentam, algumas indexações que levam à espiral inflacionária, que levam a taxa de juros lá para cima; e a questão da dívida interna. A externa eu pude equacionar como Ministro da Fazenda. A interna vou equacionar como Presidente da República. Nós temos que enfrentar esse problema que sufoca o Estado brasileiro e impede que haja recursos suficientes para que nos lancemos a esse desafio tão grande, como são os que nos são apresentados, aqui, quase todos os dias.

A partir de 1º de julho, quando o Real completa um ano, nós teremos aí uma nova avenida a percorrer, no sentido da permanência do controle da inflação, no sentido da desindexação e no sentido da redução dessa dívida interna, para que possamos realmente baixar a taxa de juros e para que possamos avançar.

Peço aos Parlamentares que, quando pensarem em juros, pelo amor de Deus! – embora se possa compreender o protesto –, não façam o gesto impensado de tabelar o juro. Se tabelarem, o Brasil perde alguns

bilhões de dólares na mesma semana, e os agiotas passam a dobrar a taxa de juros. Nós estamos em outra fase. E nós vamos enfrentar essa fase. Agora podemos enfrentar, e vamos enfrentar, a ciranda financeira, mas isso tem que ser feito com competência técnica, e não com explosão emocional, por mais compreensível que ela seja.

Eu queria também lhes dizer que não deixem de comentar o que disse o Deputado Gerson Peres, porque sei perfeitamente da importância de instrumentos efetivos do Governo Federal para que possamos transformar as regiões que têm desenvolvimento relativo menor no Brasil. No que diz respeito às privatizações, ao que aqui foi mencionado, tenho o mesmo cuidado que disse o Deputado. Ontem, o Congresso aprovou a última parte, na Câmara, de um conjunto de medidas de atualização da nossa Constituição, no tocante ao petróleo. Se prestarem atenção, o que o Governo pediu ao Congresso foi uma coisa muito simples: pediu que o Congresso desse ao Governo a capacidade de continuar sendo, de fato, o detentor do monopólio e que a execução desse monopólio pudesse ser feita não só por uma empresa, mas por mais de uma, a juízo do Governo, dentro das regras que o Congresso vai definir.

Por que isso? Porque o mundo mudou. A Petrobras hoje é uma grande empresa multinacional. O petróleo era nosso e continua sendo nosso. Quando jovem, fui tesoureiro do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo. Fui processado em 64, acusado de ser favorável à Petrobras. Meu pai foi General do Petróleo. Tenho um tio que foi General do Petróleo. Vivi na casa do Marechal Horta Barbosa, que é um dos precursores na questão do petróleo. Hoje me perguntam: “Mas, e então?” Então, é isso mesmo. Nós estamos defendendo o interesse nacional tal como se coloca hoje o desafio que nós temos, assim como fizemos no passado, há quarenta anos, com os desafios que, então, se colocavam. Não havia a Petrobras. Hoje ela existe, é uma das maiores e melhores empresas do mundo. Vai continuar sendo. Agora, para continuar a sê-lo, precisa, ela própria, de mais flexibilidade.

Hoje a Petrobras detém 15% das jazidas de gás do noroeste da Argentina. E a YPF não pode ter nada aqui no Brasil. A YPF, perto da Petro-

bras, é pequenininha. E nós estamos com medo do quê? De nós próprios, que crescemos, que somos fortes, que somos grandes? Já somos. E precisamos continuar sendo. Estamos com medo da nossa incompetência para competir? Mas, meu Deus! Um país com essas vantagens do Brasil ter medo? Por quê? Não precisa. Nós hoje estamos mais seguros. Porque somos mais seguros, temos que ajustar o nosso marco legal às condições do mundo atual, para que não fiquemos sufocados pelas transformações que já ocorreram no mundo e fiquemos marginalizados dele.

Quer isso dizer que, ao tomarmos uma decisão de privatização, não tenhamos que encontrar os mecanismos de reforçar a autoridade pública? Não. Não há privatização correta possível sem um Estado mais forte. Pode parecer um paradoxo, mas não é. Só se pode fazer adequadamente um processo de privatização na mesma medida em que se aumenta a autoridade do Estado para controlar a concessão, para definir o interesse social, para obrigar as empresas a que elas, ao mesmo tempo em que ganham alguma concessão numa área favorável, também assumam a concessão na área mais pobre, para evitar que haja cartelização. São processos paralelos. O mundo moderno exige isto: que exista fortalecimento adequado do aparelho de Estado, não um fortalecimento no sentido do Estado autoritário, mas do Estado competente para defender o interesse público. E o interesse público tem que ser sempre o guia de qualquer decisão de um homem que esteja à frente do Estado.

Uma empresa como a Vale do Rio Doce não pode ser privatizada sem mais nem menos. É preciso analisar como, por que, que partes, qual é o interesse nacional, qual é a parte que cabe ao Governo manter sob sua guarda, qual não, como se faz isso ou aquilo, que efeito terá. O debate é necessário. Não tenham dúvida nenhuma de que esse é o meu caminho, e será o meu caminho, de ouvir o porquê, qual é o sentido, o que acontece depois de tomada uma decisão.

A mesma coisa vale para todos os outros órgãos do Estado, como na telefonia ou na energia em geral. Nós precisamos ter a autoridade pública modificada para ser reforçada, para permitir um permanente

acompanhamento do que está acontecendo e para evitar que haja prejuízo tanto do patrimônio quanto do consumidor, prejuízo ao interesse da população e ao interesse do Estado. Não há contradição entre uma ação mais controladora, mais forte do Estado e, ao mesmo tempo, uma ação privatizadora, no que diz respeito ao investimento, no que diz respeito à gestão daquilo que pode ser, efetivamente, mais bem realizado pelo setor privado do que pelo setor público. Não há contradição. Só não vê isso quem não vê o mundo, quem não lê, quem não aprende, quem não olha e não percebe que o mundo tem, hoje, novos desafios, que têm que ser enfrentados com democracia, com patriotismo, com interesse público, com interesse nacional.

É assim, Deputado Gerson Peres, que encaro essas transformações. E, como quase tudo o que faço eu escrevo antes, defendo, debato, discuto, não tenho nada a esconder. Posso estar equivocado, mas também estou aberto à correção se estiver equivocado. É com esse espírito que vamos continuar no caminho das reformas que estamos fazendo no Brasil. Nós estamos mudando o Brasil. Não sou eu, não. O País já mudou. É o contrário. Nós estamos aqui porque o País mudou. Então, queria alguma coisa que desse um sinal dessas transformações.

E essas transformações vão ser feitas do modo como aqui foi preconizado pelos que falaram antes de mim: democraticamente, de portas abertas, prestando sempre contas, esclarecendo, com convicção e com a coragem necessária para que se possa governar um grande país.

Peço que vocês me ajudem a manter esse espírito. Sei que uma reunião como esta de hoje, com o desafio que me trazem, com as sugestões que me trazem, com as observações que me fazem, colabora, e muito, para que a gente possa continuar palmilhando esse caminho de transformações em benefício do povo e do Brasil.

Muito obrigado a vocês.

